

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO E COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

Recurso administrativo para o EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 86/2016 e TOMADA DE PREÇO Nº 86/2016

RECURSO ADMINISTRATIVO

PROGET ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Adolfo Donato da Silva, nº 126, sala 101, Centro Executivo Mirante, Praia Comprida, São José/SC, CEP nº 88.103.450 inscrita no CNPJ sob nº 11.494.890/0001-51, neste ato representada por seu Representante Legal Sr. RENATO OZIMO CLEMENTE, Diretor, devidamente qualificado no presente processo vem na forma da legislação vigente em conformidade com o Art. 109, I da Lei Nº 8.666/93, vem até Vossas Senhorias, para, tempestivamente, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, perante essa distinta administração que no dia 01/09/2016, fez constar em TOMADA DE PREÇO Nº 86/2016 PMN, que a recorrente: "A projet não apresentou o item 5.2.2", tornando-se inabilitada, porém, conforme será demonstrado a seguir não assiste razão tal inabilitação.

1 - Considerações Iniciais:

Ilustre Comissão Permanente de Licitação.

O respeitável julgamento do Recurso hora interposto, recai neste momento para sua responsabilidade, a empresa Recorrente confia na lisura,



isonomia e imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, onde a todo o momento demonstraremos nosso Direito Liquido e Certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

2 - Do Direito Pleno ao Recurso Administrativo.

A Recorrente faz constar o seu pleno direito ao Recurso Administrativo devidamente fundamentado pela legislação vigente e pelas normas de licitação, bem como pelo presente edital.

A Recorrente solicita a Ilustre Comissão Permanente de Licitação do Município de Navegantes que conheça o RECURSO e analise todos os fatos apontados, tomando para si a responsabilidade do julgamento.

Nos termos do Art. 109, I, da Lei Nº 8.666/93 tem cabimento Recurso Administrativo:

(...)

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

(...)

E ainda nos termos do próprio edital no item 8.2:

(...)

8.2 Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Comissão Permanente de Licitação poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar



memoriais no prazo de 05 (cinco) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contrarrazões de recurso deverão ser enviadas aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação.
(...)

3- Dos Fatos:

Consta da ATA DE TOMADA DE PREÇO Nº 86/2016 PMN que a RECORRENTE, fora inabilitada para o processo licitatório sob os nos seguintes termos “A projet não apresentou o item 5.2.2”, no entanto, com o devido respeito e acato a esta ilustre Comissão Permanente de Licitação o recorrente entende que razão não assiste a tal entendimento.

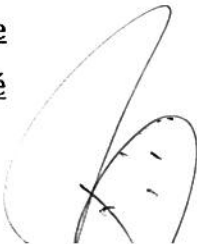
3.1 – Da Juntada pela Recorrente da Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal.

O Edital Licitatório fora claro em seu item 5.2.2 “*Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. (Ex: www.sintegra.gov.br).*”, a empresa recorrente por sua vez, de forma coerente realizou a juntada da Certidão Negativa Municipal cumprindo como seu ônus nos exatos termos do edital.

Assim, como o devido respeito a emérita Comissão Permanente de Licitação, não assiste razão quando esta afirma que a recorrente não apresentou os itens requeridos no item 5.2.2, razão pela qual requer o recebimento do presente recurso e por fim seu integral provimento.

3.2 – Da não obrigatoriedade de Inscrição Estadual pela Recorrente.

A Recorrente é empresa prestadora de serviços, não promove operações relativas à circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação e também não é



obrigada por lei ao recolhimento do imposto Estadual, razão pela qual não esta obrigada a ter inscrição no Cadastro de Contribuintes.

Nestes termos o art. 4º da lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 é clara ao caracterizar quem é contribuinte, senão vejamos:

Art. 4º Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Como se pode observar o Recorrente não pode ser considerado contribuinte, assim é isento de inscrição estadual.

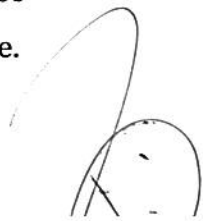
A Inscrição Estadual não é obrigatória para o Recorrente, e isto é o que se colhe da pagina da Secretária do Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina na pagina <http://www.sef.sc.gov.br/servicos-orientacoes/diat/cadastro-comprovante-de-inscri%C3%A7%C3%A3o-estadual-pf-e-pj>, (espelho anexo) vejamos:

“A inscrição no cadastro de contribuintes é obrigatória, para as pessoas físicas ou jurídicas que promoverem operações relativas à circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação ou que estiverem legalmente obrigadas ao recolhimento do imposto.”

Nestes termos resta incontestado que a recorrente **não esta obrigada a ter Inscrição nos Cadastro de Contribuintes**, assim não assiste razão a emérita Comissão Permanente de Licitação quando informa que a recorrente “A projet não apresentou o item 5.2.2”.

A Recorrente juntou regularmente a Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal relativo ao seu domicílio, bem como demonstrou de forma inequívoca que não está obrigada a ter Inscrição Estadual, é isenta, assim resta demonstrado de forma incontroversa o cumprimento do requisito do item 5.2.2 do Edital Licitatório por parte da Recorrente, inexistindo razão em sua inabilitação.

Pelas razões acima expostas é medida de direito que se impõe, se espera e requer, seja o presente recurso conhecido e provido em sua integralidade.



4 - Dos Requerimentos Finais

A Recorrente é empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido pelo edital nos termos dos argumentos supracitados, razão pela qual requer o recebimento do presente recurso, a reconsideração da decisão guerreada a fim de que seja considerada habilitada e classificada, dando integral provimento do presente recurso, evitando assim, maiores transtornos.

Nestes Termos, Pedimos Bom Senso,
Legalidade e Deferimento.

São José, 08 de setembro de 2016.



RENATO OZIMO CLEMENTE
Diretor

ATA TOMADA DE PREÇO Nº 86/2016 PMN.

Aberto o certame no dia 01 de setembro de 2016, com a participação das empresas: Sona Construtora, Porplax, V.B Construções, União Obras, (presentes) e Belga Construções, LinkPar, Guilherme Kuster, Thomé Empreendimentos, Projet Engenharia e JJR Construções (ausentes). A Comissão procedeu a abertura dos envelopes de habilitação. Logo após o início da sessão, a empresa V.B se ausentou.

As empresas Belga e V.B não são consideradas ME/EPP. As demais apresentaram certidão simplificada e declaração fazendo jus ao benefício.

Após, os licitantes vistaram os documentos. Em razão do tempo, a sessão foi suspensa, com retorno marcado para 13h30minmin.

No retorno, os licitantes fizeram seus questionamentos/apontamentos:

A empresa JJR apresentou a Declaração de que não emprega menor (anexo II) sem a assinatura do representante da empresa; A empresa Porplax apresentou somente o termo de abertura e encerramento do balanço autenticado e os índices. Porém, o licitante alegou que poderia apresentar o original caso necessário o confronto. Houve questionamento quanto aos atestados da empresa Porplax (alguns em nome da empresa sem o vínculo com o responsável técnico e outro só com o responsável técnico, e por ser cópia simples).

A empresa União não apresentou o vínculo do engenheiro com a empresa (ele consta como representante da sócia menor), Certidão federal vencida, e cadastro Estado com código CNAE incompatível; A empresa Guilherme não apresentou o item 5.2.2.

A empresa Porplax alegou que a empresa linkpar não apresentou prova de inscrição no cadastro contribuinte (Sintegra/cicad), porém a mesma apresentou o alvará municipal 2016; A projet não apresentou o item 5.2.2; A Porplax alegou que a empresa Thomé apresentou declaração ME/EPP de 04/02/2015 e simplificada de 22/06/2016 (em razão do benefício); a mesma apresentou certidão de concordata vencida; A empresa Sona apresentou CND municipal vencida. A empresa Porplax alegou que a Sona não apresentou o CRC , porém, o edital não exige o mesmo - (item 2.4.1).

A porplax alegou que a empresa V.B não apresentou prova de inscrição (item 5.2.2), porém a mesma apresentou Alvará de licença; A empresa J.J.R não apresentou o item 5.2.2. A Porplax alegou que a mesma também não apresentou o CRC - item 2.4.1 (porém o edital não exige apresentação), e que o atestado apresentado não é compatível (quantidade).

Os balanços foram analisados pelo Contador do Município. Já os atestados serão analisados pelo engenheiro da Secretaria de Obras. A ata será publicada no DOM e Site do Município.

Momento em que encerra a sessão.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.